



Use o QRCode
para acessar o
Caderno Cultural
na internet, com
mais artigos e
links citados.

De Agostinho a Leão XIV: no amor, uma Igreja firme e humilde

Arte: Sergio Ricciuto Conte



Na sua primeira bênção *Urbi et Orbi*, em 8 de maio de 2025, Leão XIV apresentou-se [afirmando](#): “Sou agostiniano, um filho de Santo Agostinho, que dizia: Convosco sou cristão e para vós sou bispo”. A citação não foi de um momento isolado: desde então, o Papa tem reiteradas vezes citado Santo Agostinho. Repetem-se alguns motivos – amor, escuta, humildade, unidade e autoridade como serviço – que o próprio Pontífice associa à tradição do santo de Hipona. Seguindo particularmente as mensagens endereçadas a seus irmãos agostinianos, é possível encontrar uma visão de Igreja fundada na experiência daqueles que sabem que “nosso coração está inquieto enquanto não repousa Nele”.

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

Leão XIV, em um [discurso](#) ao Capítulo Geral da Ordem, lembra uma passagem de Santo Agostinho: “Amai o que sereis”. E continua lembrando que a formação religiosa não é “um conjunto de regras a observar ou de coisas a fazer ou, ainda, como um hábito já confeccionado para ser usado passivamente... [A vocação cristã] nasce somente quando se sente a atração por algo grande, de um amor que pode nutrir e saciar o coração”. Retoma, dessa forma, em chave agostiniana, um dos pontos centrais – se não o mais central – do magistério dos papas recentes: o Cristianismo nasce de um encontro, do fascínio despertado pela companhia de Cristo; não da adesão formal a normas ou costumes.

A [missa de abertura](#) deste mesmo Capítulo Geral foi, conforme é feito frequentemente em ocasiões como esta, uma celebração votiva ao Espírito Santo. Comentando a liturgia do dia, o Papa indicava três “sugestões” que podem orientar o caminho da Igreja: escuta, humildade e unidade. Vincula a escuta e a hu-

mildade ao dizer: “O Espírito Santo fala hoje, como no passado. Ele fala no *penetralia cordis* (profundezas do coração) e por meio dos irmãos e das circunstâncias da vida. Por isso, é importante que o clima do Capítulo, em harmonia com a tradição secular da Igreja, seja um clima de escuta, escuta de Deus, escuta dos outros [...] Santo Agostinho, comentando a variedade das formas com que o Espírito Santo, ao longo dos séculos, se derramou sobre o mundo, interpreta essa multiplicidade como um convite para nos tornarmos pequenos diante da liberdade e do mistério insondável da ação de Deus. Ninguém pense ter todas as respostas. Cada um partilhe com abertura o que tem. Todos acolham com fé o que o Senhor inspira, conscientes de que ‘quanto os céus estão elevados acima da terra’ (Is 55, 9), tanto os seus caminhos se elevam acima dos nossos caminhos e os seus pensamentos acima dos nossos pensamentos”.

Aqueles que, com humildade, se põem em uma postura de escuta, encontram na unidade “um objetivo irrenunciável” e “o critério de verificação do agir e trabalhar em conjunto, porque o que une vem Dele, mas o que

divide não pode vir Dele”. E, citando mais uma vez Santo Agostinho, Leão XIV conclui: “Tereis o Espírito Santo quando consentirdes que o vosso coração se entregue à unidade por meio de uma caridade sincera”.

A ênfase na humildade se manifesta, ainda, em sua visão sobre o papel da autoridade – tema ao qual se dedicou em sua tese de doutorado, *The office and authority of the Local Prior in the Order of Saint Augustine* (O ofício e a autoridade do Prior Local na Ordem de Santo Agostinho). [Falando](#) aos bispos recém-ordenados, Leão XIV declara: “Àqueles que Jesus chama como discípulos e anunciadores do Evangelho, em particular aos Doze, é pedida a liberdade interior, a pobreza de espírito e a disponibilidade para o serviço que nasce do amor, para encarnar a mesma escolha de Jesus, que se fez pobre para nos enriquecer (cf. 2Cor 8,9). Ele manifestou-nos o estilo de Deus, que não se revela a nós no poder, mas no amor de um Pai que nos chama à comunhão com Ele [...] Agostinho afirma: ‘Em primeiro lugar, quem preside o povo deve compreender que é servo de muitos’ [... Recorremos a advertência do Senhor] ‘Quem quiser ser grande entre vós, faça-se

Vosso servo, e quem quiser ser o primeiro entre vós, faça-se escravo de todos’ (Mc 10,43-44)”.

É nesse ponto que a linguagem agostiniana de Leão XIV ilumina o tema da sinodalidade, herdado do pontificado anterior. Ao encerrar o Consistório Extraordinário de 2026, Leão XIV [sublinha](#) que “a interrogação da sinodalidade não é sobretudo: quem tem o poder de decidir? A pergunta é mais profunda: como conservamos juntos o dom que o Senhor confiou à sua Igreja? Quando esta questão se torna o centro do nosso discernimento, também as questões da autoridade, da corresponsabilidade e das decisões encontram o seu devido lugar, iluminadas pela missão e fidelidade comum ao Evangelho”. No *Meeting* de Rimini de 2026, [declarou](#): “A sinodalidade não é o nome de um processo, mas a natureza de um povo que, na amizade e no encontro com o outro, reconhece a sua pertença exclusiva a Deus”. Em tudo, a mesma escuta, a mesma humildade, a mesma unidade sem uniformidade que Agostinho ensinou a comunidades de Hipona, propostas agora como hábito de um povo inteiro.

*Sociólogo e biólogo, editor dos *Cadernos Fé e Cultura* e *Fé e Cidadania* do jornal O SÃO PAULO

Por que ler Santo Agostinho hoje?

Da Patrística à filosofia contemporânea, um bispo do século V continua a nos interpelar.



Wallace T. A. Sá*

Há pouco menos de dezesseis séculos, em 28 de agosto de 430, em um convento sitiado pelos vândalos, morria o bispo de Hipona, Aurélio Agostinho. Nascido em 354 na cidade norte-africana de Tagaste, hoje território da Argélia, ele percorreu um itinerário conturbado: aderiu ao maniqueísmo ainda jovem, passou depois pelo ceticismo da Nova Academia e converteu-se, por fim, ao Cristianismo, em um processo que narrou, décadas mais tarde, nas páginas comovidas das *Confissões*. Retórico de formação, professor em Cartago, Roma e Milão, tornou-se sacerdote e bispo contra a própria vontade e dedicou os últimos 35 anos de vida ao governo pastoral de Hipona, à polêmica contra maniqueus, donatistas e pelagianos, e a uma obra que ultrapassa cem títulos, entre tratados, cartas e sermões (Brown, 2000). Morreu enquanto sua cidade era cercada, com um império em colapso ao redor. É desse itinerário, e da obra imensa que dele resultou, que nascem os três motivos que aqui quero apresentar para justificar sua leitura hoje: um teológico, um filosófico e um pessoal.

Um bispo para a teologia. Começemos pelo mais óbvio. Do ponto de vista teológico, a atualidade de Agostinho dificilmente precisa de defesa. Ele é, com Tomás de Aquino, o pensador mais estudado de toda a tradição cristã ocidental. Sua doutrina da graça, sua exegese da Escritura, sua teologia trinitária e sua reflexão sobre o mal e o pecado original

atravessaram a Idade Média, moldaram a Reforma protestante e o Concílio de Trento, e continuam vivas nos manuais de teologia. Essa vitalidade pode ser aferida institucionalmente, e não apenas afirmada. Por exemplo, desde 1955, a revista francesa *Revue d'Études Augustiniennes et Patristiques*, que reúne diversos especialistas em Agostinho, publica, todo ano, um repertório bibliográfico que cataloga a produção mundial sobre ele em teologia, patrística, filosofia e história. Paralelamente, desde 1986, uma equipe internacional vem publicando o *Augustinus-Lexikon*, enciclopédia especializada que deverá reunir, ao final, cerca de 1,1 mil verbetes dedicados unicamente ao vocabulário e ao pensamento agostinianos. Poucos autores da Antiguidade justificariam um projeto assim. Para quem quiser se aproximar de Agostinho “teólogo”, indico duas portas de entrada, a saber: *A Trindade* (que trata do mistério da Santíssima Trindade), e *A Cidade de Deus* (que se tornou uma grande teologia da história, escrita em resposta ao saque de Roma em 410).

Um interlocutor para a filosofia. A relevância de Agostinho para a filosofia, porém, é um pouco diferente (e mais recente). Se, por um lado, a teologia sempre soube muito bem o que fazer com ele, por outro, no século XX, por vias distintas, autores como Étienne Gilson, Hannah Arendt e Martin Heidegger evidenciam a específica e importante contribuição filosófica de Agostinho para o nosso tempo, sobretudo nos temas da interioridade, da subjetividade e da memória. Mas foi principalmente a partir das últimas décadas daquele século (entre os anos 1980 e 2000), com

a redescoberta promovida pela tradição analítica (corrente filosófica de língua inglesa marcada pela busca de clareza conceitual e rigor lógico-argumentativo), que ele se consolidou como interlocutor da filosofia (contemporânea) da mente, da epistemologia e da filosofia da linguagem. Obras como *Augustine's Invention of the Inner Self*, de Phillip Cary (2000), ou a introdução que Gareth Matthews escreveu sobre sua vida e suas ideias, traduzida entre nós em 2007, ajudaram a consolidar essa leitura de Agostinho como interlocutor da filosofia da mente, da epistemologia e da filosofia da linguagem, e não apenas como Padre da Igreja.

Esse reconhecimento tardio, a meu ver, reforça sua estatura em vez de diminuí-la: um pensador que primeiro conquista os teólogos e, 15 séculos depois, ainda tem algo de novo a dizer aos filósofos dificilmente é apenas uma curiosidade histórica. É sintomático, aliás, que autores hoje distantes de qualquer confissão de fé (ou mesmo ateus) se dediquem a ele com seriedade acadêmica, caso de Moacyr Novaes, professor titular de Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) e autor de *A razão em exercício: estudos sobre a filosofia de Agostinho* (2007), cujo trabalho investiga a interioridade e a subjetividade agostinianas a partir de um interesse estritamente filosófico. No Brasil, esse interesse já não é exclusividade dos seminários: um levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP identifica cerca de 48 trabalhos que elegem Agostinho como objeto central de pesquisa, dos quais aproximadamente 15 vinculados especificamente ao Departamento de Filosofia.

Convém não confundir os dois reconheci-

tos. Aceitar a importância teológica de Agostinho é, em certo sentido, reconhecer uma autoridade interna à tradição cristã. Aceitar sua importância filosófica é admitir que seus argumentos valem também fora dela, em diálogo com problemas que a filosofia coloca a si mesma, independentemente da fé. E é aí que Agostinho surpreende: sua obra conversa, com naturalidade, com debates de hoje. Pensemos, por exemplo, na chamada “neuroteologia” de Andrew Newberg, para quem toda experiência humana, inclusive a religiosa, seria integralmente mediada e “filtrada” pelo cérebro. Na *Carta 120*, ao distinguir a percepção sensível de uma apreensão intelectual da verdade que não se reduz às condições corpóreas de sua ocorrência, Agostinho oferece as ferramentas conceituais para separar mediação neural de redução ontológica: a experiência religiosa pode ter correlatos cerebrais sem que sua significação se esgote neles. Pensemos também na filosofia brasileira. É possível um confronto revelador entre Agostinho e Oswaldo Porchat Pereira, o mais importante representante do ceticismo filosófico contemporâneo no País. Para os antigos acadêmicos que Agostinho refuta no *Contra os Acadêmicos*, e que Porchat de certo modo revisita em seu “empirismo cético”, suspender o juízo seria a única saída honesta diante do conflito insolúvel entre as filosofias. Agostinho, no entanto, insiste que quem duvida da verdade já afirma, com esse mesmo gesto, algo indubitável: a própria dúvida. “No interior do homem habita a verdade”, escreve ele em *A verdadeira religião*, convidando o leitor a buscar ali, e não fora de si, o critério que os cétricos julgavam inacessível.

Esse mesmo vigor argumentativo, o de recusar reduzir o humano a uma única de suas dimensões, aparece com força renovada diante de um debate ainda mais recente: o do transumanismo. Essa corrente de pensamento propõe superar as limitações biológicas do corpo (sua fragilidade, sua vida curta, os limites da memória e da cognição) por meio de próteses, alterações genéticas e inteligência artificial, na expectativa de produzir uma nova espécie, os “pós-humanos”, com capacidades vastamente maiores do que os seres humanos atuais. Trata-se, à primeira vista, de um projeto muito distante do universo agostiniano. E, no entanto, como venho argumentando em pesquisa recente, é possível ler nele um espelho invertido do que Agostinho escreve sobre o corpo em *A verdadeira religião*. Ali, Agostinho descreve o corpo humano, mesmo em seus processos mais elementares, como algo intrinsecamente belo e ordenado, participante, ainda que em grau ínfimo, da beleza divina: para ele, tudo no organismo humano, da digestão à geração da prole, “se ordena para a beleza do conjunto, de tal modo que aquilo que nos horroriza na parte, se for considerado no conjunto, agrada muitíssimo”. O transumanismo parte exatamente do oposto: do corpo como problema, como obstáculo obsoleto a ser corrigido pela tecnologia. Onde Agostinho vê beleza transitória que aponta para uma beleza superior e prometida na ressurreição, o projeto transumanista vê apenas deficiência a ser superada por engenharia. Ambos reconhecem que o corpo atual é limitado; divergem quanto ao que fazer com essa limitação. Tratá-lo como mero defeito a corrigir despreza justamente aquilo que, para Agostinho, o torna digno: sua participação, ainda que modesta, na ordem e na beleza da criação.

Um mestre da interioridade. Essa defesa do corpo como algo bom, e não descartável, já nos conduz ao terceiro e último âmbito, o mais imediato de todos: o pessoal. Agostinho é, antes de qualquer outra coisa, um mestre da interioridade. Poucos autores da história ocidental souberam descrever com tamanha precisão os movimentos da alma: a memória, o tempo interior, o desejo, a vontade dividida contra si mesma. Ler Agostinho hoje, em um tempo saturado de estímulos externos e de

identidades construídas para a exibição pública, é redescobrir o antigo preceito socrático “conhece-te a ti mesmo”, inscrito no templo de Delfos e reelaborado por ele em uma chave radicalmente cristã: não há conhecimento verdadeiro de Deus sem um itinerário de autoconhecimento. A obra *Confissões* continua sendo, nesse sentido, um guia insubstituível: talvez o mais extraordinário relato já escrito de uma consciência que se examina diante de Deus, aberto por aquela que é, provavelmente, a frase mais citada de toda a sua obra: “Fizeste-nos para Ti, e o nosso coração está inquieto enquanto não repousa em Ti”. Menos lidas, mas igualmente reveladoras, são as *Retratações*, escritas já no fim da vida, quando Agostinho revisita e reavalia criticamente tudo o que havia escrito antes. Poucos gestos intelectuais são tão raros quanto este: fazer do próprio itinerário de pensamento objeto de exame e correção, em um movimento que é, ele também, uma forma de autoconhecimento.

Das Confissões à Cidade de Deus

Seja na dimensão existencial, seja na dimensão política, Santo Agostinho deixou um caminho seguro a ser seguido pelos cristãos.

Redação

Talentoso e ambicioso, Santo Agostinho (354 – 430), antes de se tornar padre e bispo, foi um homem de prazeres intensos e dividido entre ceticismo e fome espiritual. Viveu mais de dez anos em união estável com uma mulher, com quem chegou a ter um filho. Mônica, sua mãe, cristã devota, passou 20 anos rezando por sua conversão, sendo modelo das mães que intercedem pelos filhos.

Tendo ido para Milão, para ser professor de retórica, ouviu as pregações do bispo Santo Ambrósio, que lhe abriu caminho para a fé. A conversão veio em um momento de desespero por sua própria hesitação, quando ouviu “toma e lê” e abriu, porque era o texto mais próximo, Romanos (13,13-14), lendo: “Não em orgias e bebedeiras [...] revesti-vos antes do Senhor Jesus Cristo”.

Agostinho leu sua conversão não como uma decisão que tomou sozinho, mas como um dom que recebeu antes de merecer. Anos depois, já bispo, sistematizaria essa percepção em uma teologia da graça, elaborada principalmente contra a heresia pelagiana, para a qual a vontade humana, por si só, tem a capacidade de escolher o bem e alcançar a salvação. Agostinho entendeu a graça como iniciativa gratuita de Deus, que precede e sustenta a resposta humana sem substituí-la: a pessoa permanece livre para acolhê-la ou resistir a ela – ideia que ecoa na [Evangeliium gaudium](#), de Francisco, quando descreve uma Igreja que “primeira” precisamente porque primeiro experimentou que “o Senhor tomou a iniciativa” e a amou antes (EG 24, citando 1Jo 4,10).

Já bispo de Hipona, escreveu *Confissões*. A obra inteira é enquadrada, logo no início, pela frase célebre: “Fizeste-nos para Ti, e o nosso coração está inquieto enquanto não repousa em Ti”. Muitos, ao longo da história, viram o livro como moralista, centrado no remorso pelo pecado cometido. *Confissões*, porém, mais do que sobre o pecado, é sobre o amor imerecido e seu poder salvífico: Agostinho mostra a feitura do pecado para exaltar a beleza da graça.

Herdou, como bispo, um cisma já antigo no Norte da África: os donatistas negavam a validade aos sacramentos celebrados por padres que haviam traído a fé sob perseguição. Contra eles, Agostinho fixou o princípio de que a eficácia do sacramento vem de Cristo, não da santidade do ministro que o celebra. Da mesma polêmica nasce sua imagem da

Termino com um dado que talvez resuma, melhor do que qualquer argumento, a atualidade de Agostinho. O atual Bispo de Roma, o Papa Leão XIV, é frade da Ordem de Santo Agostinho desde 1977 e escolheu como lema episcopal (visível em seu brasão) uma expressão agostiniana: *In Illo uno unum* (no Único, somos um). Não é um detalhe biográfico menor: é sinal de que a espiritualidade e o pensamento do bispo de Hipona continuam, 1.600 anos depois de sua morte, moldando a Igreja em seu ponto mais visível. Entre a teologia que o consagrou há muito, a filosofia que o redescobre e a interioridade que ele nos ensina a buscar, fica o convite: ler Agostinho hoje não é exercício de arqueologia, mas conversa viva com um interlocutor que, das profundezas do século IV, continua a nos interpelar por dentro.

*Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do ABC (UFABC), com pesquisa dedicada à relação epistemológica entre fé e razão em Santo Agostinho.



Iluminura medieval adaptada por inteligência artificial (Gemini)

Igreja como *totus Christus*: um único corpo, cabeça e membros, unido pela caridade e não pela pureza individual de cada fiel.

Quando Roma foi saqueada pelos visigodos, em 410, a aristocracia pagã romana atribuiu a desgraça ao abandono dos deuses antigos e do cultivo das virtudes militares e da força, em prol da ética cristã, voltada à caridade e à humildade. Agostinho respondeu com o clássico *A Cidade de Deus*, em que argumenta que virtudes sem caridade podem produzir bens temporais, mas não constituem verdadeira justiça nem merecem a salvação. A ética da força, mesmo quando traz frutos reais, não forma uma comunidade tão duradoura como a ética da caridade, ordenada a Deus. Além disso, a obra traça a distinção entre duas comunidades, que vivem misturadas no mundo, definidas por dois amores opostos – o amor a Deus até o esquecimento de si (a cidade de Deus) e o amor a si até o esquecimento de Deus (a cidade terrena). Como essas duas cidades não são impérios nem instituições, mas orientações fundamentais do amor, a pergunta que Agostinho deixou não envelheceu junto com Roma: para qual delas nosso coração está ordenado?

Caridade e conhecimento: oito séculos da Ordem de Santo Agostinho

A Ordem de Santo Agostinho está em 45 países, dedicando-se sobretudo à educação, às paróquias e às missões. Desde 8 de maio de 2025, um de seus membros, Robert Francis Prevost, ocupa a sé de Pedro com o nome de Leão XIV.

Redação

Ordenado sacerdote em 391 e depois bispo de Hipona, Santo Agostinho manteve a vida em comum com seus clérigos, para os quais escreveu sua *Regra*, centrada na vida fraterna e na partilha dos bens. Morreu em 430, durante o cerco da cidade pelos vândalos. A comunidade não sobreviveu à perseguição que se seguiu, mas a *Regra* continuou a circular e, a partir do século XI, foi adotada pelos cônegos regulares, padres que vivem em comunidade sob uma regra.

Em 1244, Inocêncio IV reuniu eremitas da Toscana sob essa mesma *Regra*, e, em 1256, Alexandre IV uniu diversos grupos eremíticos em uma única ordem mendicante, que se instalou nas cidades para pregar e ensinar. A Ordem é dirigida por um prior-geral, eleito pelo capítulo geral, e tem sua sede em Roma. A partir do século XVI, os frades chegaram ao México (1533), ao Peru (1551), às Filipinas (1565), à China, ao Japão e à Índia. Em Roma, abriram no início do século XVII a Biblioteca Angélica, uma das primeiras bibliotecas públi-



Imagem gerada por IA (Copilot)

cas da Europa. No Brasil, fundaram em 1693 um convento em Salvador, suprimido em 1824.

Em meados do século XVIII, a Ordem tinha cerca de 20 mil membros. Nas décadas seguintes, governos de vários países fecharam conventos e confiscaram seus bens. Na França, a Revolução destruiu a maior parte dos 157 conventos agostinianos; na Alemanha, as leis de secularização confiscaram suas propriedades. Portugal extinguiu as ordens masculinas em 1834. Na Espanha, em 1835, foram suprimidos 105 dos 153 conventos; manteve-se o colégio de Valladolid, que formava missionários para as Filipinas. Na Itália, após a unificação,

o Estado tomou o convento-sede de Santo Agostinho, em Roma. Houve fechamentos também no México, na Rússia e em Hanôver (Alemanha), e a revolução nas Filipinas, em 1896, causou grandes perdas. No início do século XX, a Ordem contava com pouco mais de 2 mil membros.

A reconstrução começou em 1878, com o apoio de Leão XIII. Em 1882, a cúria instalou-se na atual sede, junto à Praça São Pedro. Províncias foram restauradas, e os frades de Valladolid refundaram a Ordem na Espanha. Estados Unidos, Irlanda, Países Baixos e Malta passaram a enviar missionários à África, à Oceania e à América Latina. Ao Brasil chegaram frades das Filipi-

nas em 1899, de Castela na década de 1930 e de Malta em 1962; em 2013, foi criada a Província Agostiniana do Brasil. Em 1968, a Ordem deixou de usar o nome "Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho". Em 1970, Paulo VI inaugurou em Roma o Instituto Patrístico Augustinianum, mantido pela Ordem.

O lema da Ordem, *Caritas et Scientia* (Caridade e conhecimento), une duas dimensões: o estudo e a busca da verdade, de um lado, e a vida fraterna e o serviço, de outro. Uma não se separa da outra: o conhecimento deve estar a serviço do amor. Na prática, o lema se reflete no peso que a Ordem sempre deu ao ensino, com universidades, colégios, bibliotecas e o Instituto Augustinianum, ao lado da atuação em paróquias e missões.

Entre os agostinianos mais conhecidos estão Santa Rita de Cássia, monja agostiniana em Cascia, na Úmbria, morta em 1457; Gregor Mendel, que entrou no mosteiro de São Tomás, em Brno (atual República Tcheca), em 1843, fez ali os experimentos com ervilhas que fundaram a genética; e Robert Prevost, nascido em Chicago em 1955, missionário no Peru, Prior-geral de 2001 a 2013 e Bispo de Chiclayo antes de ser eleito papa.

LIVROS

A responsabilidade de ver

Citar Ensaio sobre a Cegueira em um jornal católico talvez provoque algum desconforto. Não me parece um mal. A inteligência cristã não se mede pela docilidade das leituras que escolhe, mas também pela liberdade com que enfrenta as que a contrariam. O Cardeal Ravasi recordou, a propósito de Saramago, um antigo princípio latino: é lícito aprender até de um adversário.

Alecsandro A. de Souza*

José Saramago não figura entre os escritores a quem volto por afinidade. Volto, quando volto, por necessidade. Há autores que nos acompanham; outros nos acuum. Saramago pertence, para mim, à segunda espécie.

Talvez seja exatamente este o caso. Saramago foi um adversário declarado da Igreja e do Cristianismo institucional, e esse traço não deve ser apagado por ecumenismos preguiçosos. Houve atritos públicos, livros agressivos, declarações hostis. Nada disso, porém, dispensa o leitor sério de reconhecer que um escritor pode errar sobre a Igreja e ainda assim tocar, com lucidez incômoda, alguma verdade sobre o homem. São coisas diferentes: a autoridade teológica e a capacidade de observação moral. Saramago não tinha a primeira; tinha, em grau notável, a segunda.

Ensaio sobre a Cegueira permanece, nesse sentido, como um romance de alta voltagem moral. A epidemia de cegueira

branca que dissolve a vida comum não serve apenas de artifício narrativo; funciona como metáfora de uma cegueira ética, política e espiritual que já estava instalada antes de qualquer contágio. O colapso da ordem, a regressão da convivência, a violência que sobe à superfície e a dificuldade de preservar a compaixão fazem do romance menos uma fantasia do desastre do que uma anatomia da civilização despojada de si mesma.

Foi aí que o livro me alcançou. Não porque me reconciliou com o estilo de Saramago, que ainda me é custoso, mas porque me obrigou a reconhecer uma evidência severa: a pior cegueira nem sempre é a dos olhos, mas a da consciência que se habituou a não reparar. Essa é a força daquela advertência inicial do romance: ver não basta; é preciso reparar. E reparar é, em si mesmo, um ato moral.

O Cardeal Gianfranco Ravasi, que foi Presidente do Pontifício Conselho da Cultura (atual Dicastério para a Cultura e a Educação), considerou, ao ler o romance, que *Ensaio sobre a Cegueira* é um pode-

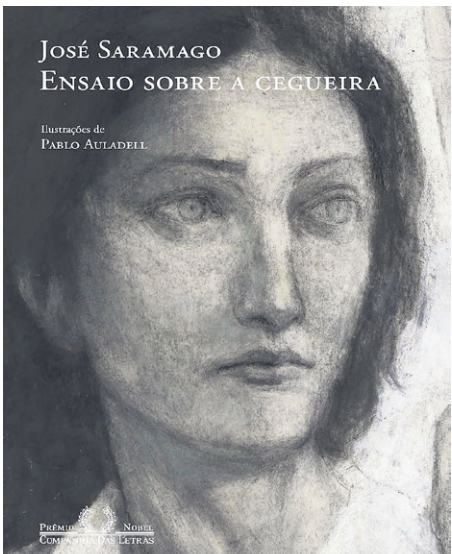
roso texto sobre a redenção, alimentado por temas evangélicos ligados à cegueira e à visão espiritual. A formulação é preciosa porque recusa tanto a canonização apressada de Saramago quanto sua recusa tribal. O romance não precisa tornar-se ortodoxo para poder ser levado a sério por um leitor cristão. Basta reconhecer que há livros escritos contra nós que, no entanto, nos ajudam a ver melhor. Às vezes, o adversário percebe o que o amigo poupa.

É aqui que a leitura católica começa a tornar-se fecunda. O romance não oferece transcendência; oferece, antes, um cenário de desnudamento, no qual o homem aparece despojado de aparências e entregue à prova do que realmente ama. E, no entanto, justamente aí, ele reencontra algo que o Cristianismo jamais deixou de saber: quando a dignidade humana se eclipsa, a barbárie já começou; quando o outro deixa de ser próximo e se torna obstáculo, a barbárie já não precisa de desculpa.

Saramago não oferece saída. Não consola, não redime, não promete clareza depois do escuro. Mas faz algo

que talvez seja mais difícil: devolve ao leitor a pergunta que ele preferia não fazer. Não sobre os cegos do romance, mas sobre si mesmo, no exato instante em que fecha o livro e ergue os olhos para o mundo ao redor.

* Administrador de empresas.



Divulgação

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2026.